



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO A Importância do Planejamento na Política Pública de Assistência Social - 20 HORAS

MÓDULO I: Planejamento no Âmbito da Política de Assistência Social

UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
I	Visão geral e noções iniciais de planejamento no setor público: importância, instrumentos e instâncias envolvidas	4 horas	Compreender os principais conceitos e instrumentos de planejamento vigentes na legislação brasileira.	Conceito, importância e ciclo do planejamento na gestão pública; Principais instrumentos de planejamento da Assistência Social (Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, Plano Decenal Estadual/Municipal de Assistência Social, Plano Estadual de Capacitação, Planos específicos, dentre outros); Principais instrumentos da gestão pública que impactam no planejamento da Assistência Social (PPA, LDO, LOA, Programação Financeira, Planos Operacionais, dentre outros); Instâncias envolvidas e procedimentos de gestão junto às instâncias de controle e pactuação (Conferências, conselhos e comissões intergestoras).	Exposição dialogada, exposição de vídeos, estudo de caso, trabalho em grupo.
II	Planejamento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da Política da Assistência Social e suas variáveis de influência	10 horas	Contribuir para qualificação dos profissionais, gestores e conselheiros na perspectiva da elaboração de planejamento, planos operacionais, execução, monitoramento e avaliação das ações da política de Assistência Social; Compreender a importância do planejamento como ferramenta de trabalho utilizada para tomadas de decisões e organização das ações de modo a atingir os resultados esperados;	Identificação das estratégias da assistência alinhadas aos instrumentos de gestão pública vigentes; Construção dos focos estratégicos da assistência com base nas informações da vigilância socioassistencial; Identificação dos principais indicadores de gestão do SUAS e sua influência na execução da Política de Assistência Social; Planejamento das ações finalísticas alinhadas aos instrumentos de planejamento, aos indicadores de gestão e às informações da vigilância socioassistencial: objetivos a serem alcançados, principais variáveis, metas, temporalidade e aplicabilidade real em relação aos recursos públicos; Procedimentos junto aos gestores públicos envolvidos, comissões intergestoras e conselhos de assistência social.	Exposição dialogada, exposição de vídeos, estudo de caso, trabalho em grupo.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
			Desenvolver competências com vistas à operacionalização do conteúdo da Política de Assistência Social, com vistas ao planejamento.		
III	<b>Formas de financiamento da Política de Assistência Social</b>	6 horas	Alinhar o planejamento às disponibilidades orçamentárias e financeiras de gestão; Conhecer formas de captação de recursos adicionais para adensamento da Política de Assistência Social; Incentivar a reflexão e a mudanças de indicadores de gestão no curto e médio prazos.	Fontes de financiamento no âmbito do pacto federativo; Principais tipos de financiamento: recursos próprios, cofinanciamento, Termo de Adesão/Expansão e Chamamento; Os indicadores de gestão do SUAS e sua influência nos curto e médio prazos em relação ao financiamento da PNAS; Principais procedimentos adotados para cofinanciamento, Termo de Adesão/Expansão e Chamamento; Alinhamento do planejamento aos recursos financeiros disponíveis.	Exposição dialogada, exposição de vídeos, estudo de caso, trabalho em grupo.



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MÓDULO II: Noções Gerais do Planejamento Operacional no Âmbito da Política de Assistência Social

UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
I	Planejamento da etapa operacional da Política de Assistência Social: o Termo de Referência como instrumento de planejamento para contratação de serviços e compra de produtos no âmbito da Assistência Social	16 horas	Subsidiar a etapa finalística do planejamento (contratação de serviços e compras de produtos) nos moldes legais vigentes, de forma a garantir as metas firmadas junto às instâncias de controle e pactuação; Orientar sobre a legalidade da execução da Política de Assistência Social, no intuito de contribuir com a transparência e com as instâncias de controle e pactuação.	Visão geral da contratação de serviços e aquisição de produtos/equipamentos/mobiliários sob a ótica da legislação brasileira; Tipos de instrumento jurídicos vigentes e sua aplicabilidade na utilização de recursos públicos, incluindo Contratos de Gestão e modelos do MROSC; Definindo o escopo a ser contratado – o Termo de Referência: visão geral, escopo básico, formas de estruturação e dicas para evitar problemas na oferta de produtos e serviços; Procedimentos adicionais após a estruturação do objeto a ser licitado: instâncias de gestão e de controle e pactuação.	Exposição dialogada, exposição de vídeos, estudo de caso, trabalho em grupo.
II	Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social	4 horas	Subsidiar o ciclo final do planejamento para estruturação das formas de monitoramento a serem utilizadas para acompanhamento das metas pactuadas na Política de Assistência Social; Viabilizar os devidos processos legais, via instituição e orientação das comissões de monitoramento, para estruturar o modelo de monitoramento das metas firmadas junto às instâncias de controle e pactuação.	Monitoramento: visão geral, objetivo, controle das informações para gestão da política da assistência e subsídios para planejamento para o exercício seguinte; Principais procedimentos adotados para monitoramento alinhado ao planejamento: acompanhamento dos objetivos a serem alcançados, principais variáveis, metas, temporalidade de coleta de dados e recursos financeiros utilizados; Modelagem/tabulação das variáveis e correlação com as informações da vigilância socioassistencial; Comissões de monitoramento e construção de relatórios para cada tipo de instrumento jurídico vigente.	Exposição dialogada, exposição de vídeos, estudo de caso, trabalho em grupo.



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – CURSO PLANEJAMENTO – 20 H

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília, DF: MDS, 2005.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) - Brasília, DF: MDS, 2016.
- FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Reimpressão 2014. Brasília, DF: MDS, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, DF: MDS.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS - Brasília, DF: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CADERNO DO IGD-M Manual do Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Federal). Brasília, DF: MDS, 2016.
- BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 1 (2013) Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 2 (2013) Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL, CapacitaSUAS Caderno 3 (2013) Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS - Brasília, DF: MDS, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Nº 113, de 10 de dezembro de 2015 (Transferência Fundo a Fundo e Blocos de Financiamento) Brasília, DF: MDS, 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Nº 130, de 27 de março de 2017 (Transferência voluntária de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade Fundo a Fundo) Brasília, DF: MDS, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações para Pactuação da Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB /Organizador: Jaime Rabelo Adriano - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL



## SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacitação de conselheiros de assistência social: guia de estudos - Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de introdução ao exercício do controle social do SUAS. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Controle exercido por conselhos da assistência social: módulo 1: assistência social no Brasil: políticas, recursos e controle / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014 Secretaria de Governo da Presidência da República, Laís de Figueirêdo Lopes, Bianca dos Santos e Viviane Brochardt – Brasília: Presidência da República, 2016.